



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Ao Contrato nº 23/2024 que entre si celebram o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa A&M SOLUTION AGÊNCIA DIGITAL LTDA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CNPJ nº 26.989.715/0050-90, situado no SAF Sul Quadra 04, Conjunto C - Brasília/DF, representado neste ato pelo Secretário de Administração, Senhor DJALMA LEANDRO JUNIOR, portador da matrícula funcional nº 6353, nomeado por meio da Portaria nº 82, de 1º de fevereiro de 2021, no uso da competência atribuída pelo artigo 74, inciso XIV, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo Secretário de Administração Adjunto, Senhor DAVI LUCAS BOIS, portador da matrícula funcional nº 27349, nomeado por meio da Portaria nº 173, de 12 de junho de 2020, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **A&M SOLUTION AGÊNCIA DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.766.560/0001-73, estabelecida na Rua Francisco de Paula Guimarães, número 70, Bairro AHU, Curitiba – PR, CEP 80540-040, neste ato representada por MARCUS FÁBIO MARTINS MÁXIMO DA SILVA, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 1.00.000.011159/2019-12, referente ao Pregão nº 90005/2024, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo ao Contrato 23/2024, referente ao “Serviço de sustentação do Sistema de Assessoria de Articulação Parlamentar incluindo serviços de suporte técnico à operacionalização da solução e sustentação das rotinas essenciais ao seu funcionamento, e manutenções evolutivas e corretivas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento”, tem por objeto:

a) a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 12 de março de 2025 a 11 de março de 2026, nos termos da Cláusula Segunda - Vigência e Prorrogação - do Contrato nº 23/2024;

b) a alteração da Cláusula Décima do Contrato para a adequação à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD, nos termos do inciso I, artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

Com a alteração, a Cláusula Décima – Obrigações Pertinentes à LGPD passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 A CONTRATADA, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

10.2 No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- (a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;
- (b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados

pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;

(c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;

(d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao CONTRATANTE em caso de solicitação (segue, em anexo, o modelo de TCMS sugerido pela Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais - UEPDAP/CNMP);

(e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

(f) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;

(g) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;

(h) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;

(i) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;

- (j) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;
- (k) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;
- (l) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e
- (m) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.
- 10.3 O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.
- 10.4 A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO PREÇO

O valor anual estimado do Contrato permanece em R\$ 634.987,14 (seiscentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos) conforme tabela abaixo:

| LOTE ÚNICO | | | | | |
|----------------------|---|------------------|------------|--------------------|----------------------------|
| Item | Descrição do Serviço | UN | Quantidade | Valor Mensal (R\$) | Valor Total 12 meses (R\$) |
| 1 | Serviço de suporte técnico a operacionalização da solução e sustentação das rotinas essenciais ao seu funcionamento | Mês | 12 | 40.000,00 | 480.000,00 |
| 2 | Manutenções evolutivas e corretivas | Pontos de Função | 201 | 771,08 | 154.987,14 |
| TOTAL DA CONTRATAÇÃO | | | | | R\$ 634.987,14 |

Parágrafo único. O valor global do Contrato passa de R\$ 634.987,14 (seiscentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos) para R\$ 1.269.974,28 (um milhão, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste Termo correrão, no presente exercício, à conta da Natureza da Despesa 33.90.40-07–Manutenção corretiva/adaptativa e sustentação de *softwares*, do Programa de Trabalho Resumido 172236, constante do Orçamento Geral da União, para este fim, e no próximo exercício, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

Parágrafo único. Para cobertura da despesa, com a execução deste Termo, foi emitida a Nota de Empenho nº 2025NE000081, de 17 de janeiro de 2025.

CLÁUSULA QUINTA– DA APROVAÇÃO

O presente Termo somente terá eficácia depois de aprovado pelo(a) Sr.(a) Secretário(a)-Geral do Ministério Público Federal, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XXV, do artigo 6º, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015 ou pelo(a) Secretário(a)-Executivo(a) da Secretaria-Geral, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 727, de 8 de julho de 2024.

CLÁUSULA SEXTA– DA PUBLICIDADE

Incumbirá ao CONTRATANTE, à sua conta e no prazo estipulado no art. 94, parágrafo único da Lei n.º 14.133/2021, a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INALTERABILIDADE

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato inicial que não colidirem com o disposto neste Termo Aditivo.

Por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Instrumento, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Assinatura digital

CONTRATADA

Assinatura digital

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

Assinatura digital

Assinatura digital

Assinado digitalmente em 29/01/2025 18:57. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 81A00CD7.0408ED61.EA91B5E4.AB130FD2



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00025993/2025 TERMO ADITIVO**

.....
Signatário(a): **MARCUS FABIO MARTINS MAXIMO DA SILVA**

Data e Hora: **29/01/2025 18:57:28**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **DJALMA LEANDRO JUNIOR**

Data e Hora: **30/01/2025 10:36:19**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **JOSE LUCIANO ALVES DA ROCHA**

Data e Hora: **30/01/2025 16:42:28**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **DILSON LUIS GOMES**

Data e Hora: **31/01/2025 10:20:37**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 81a00cd7.0408ed61.ea91b5e4.ab130fd2



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PGR-00025993/2025 - TERMO ADITIVO /2025 - DIAC/SA

Parte 1

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[ITA_TC23_2024_AMSOLUTION-Prorrogaçao.docx](#)